



NOTA TÉCNICA 06/2021-CRS - Concurso nº 0621 – Concurso para admissão ao Curso de Formação de Soldados do Quadro de Praças da Polícia Militar de Minas Gerais, para o ano de 2022.

Visando melhor compreensão das questões recorridas pelos candidatos do concurso público supracitado, nos termos do **Edital DRH/CRS Nº 06/2021, de 10 de junho de 2021**, apresenta-se a fundamentação fática e normativa para a decisão dos recursos, conforme quadro abaixo:

QUESTÃO	DECISÃO	FUNDAMENTAÇÃO
<p>1ª QUESTÃO – Assinale a única opção CORRETA. Os tipos textuais predominantes no fragmento do texto “<i>Há alguns anos, namorei um professor de Direito e procurador-geral da União (do tipo com mestrado, doutorado, pós-doutorado e mil especializações) cujo apreço pela língua portuguesa chegava a ser irritante até para mim.</i>” são os tipos:</p> <p>A. () Descritivo e injuntivo. B. () Descritivo e dissertativo. C. () Narrativo e argumentativo. D. () Narrativo e descritivo.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: mudança do gabarito da questão de “D” para “C”, alegando, em síntese, que o trecho destacado apresenta elementos narrativos e argumentativos, com os conceitos e as características da narração e da dissertação.</p> <p>Contrarrazões: conforme Rosenthal (2012) o texto descritivo apresenta uma sequência de características de um indivíduo, objeto, lugar etc. No texto, apresenta-se uma sequência de características de um indivíduo (personagem), como “professor de direito, apreço pela língua, irritante”, ou seja, expressões qualificativas com o objetivo de construir uma imagem, pois o leitor é capaz de visualizar o que é descrito apenas com os dados apresentados no texto, portanto, características da tipologia descritiva. Há também características da tipologia narrativa, mas o fragmento do texto não apresenta a tipologia argumentativa, que seria “um texto dissertativo em que predomina a defesa de uma ideia, de um ponto de vista por meio de argumentos”. Razão não assistindo ao recorrente.</p>

<p>2ª QUESTÃO – Os pressupostos são informações implícitas que são marcadas lexicalmente na frase. Considerando o contexto, analise os fragmentos do texto “Mesmo?” abaixo quanto à ocorrência de informações implícitas, e, a seguir, assinale a opção CORRETA:</p> <p>I. “[...] tentava, de todas as formas, mostrar que dominava a última flor do Lácio, vulgo língua portuguesa, mais do que eu.”</p> <p>II. “Estou cansada de suas ciscadas por aí.”</p> <p>III. “É mesmo? Fiquei lisonjeada...”</p> <p>IV. “– Então como ficaria a placa do elevador, Rainha da Língua Portuguesa?”</p> <p>Há informações implícitas nos itens:</p> <p>A. () I, II, III e IV. B. () II e IV, apenas. C. () I e II, apenas. D. () II e III, apenas.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra A.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob alegação de que a alternativa apresentada no gabarito está incorreta e que a sequência correta não está contemplada pelas alternativas propostas. Solicitam também alteração do gabarito, apontando a alternativa “C” como correta.</p> <p>Contrarrrazões: os pressupostos encontram-se no campo dos implícitos. O autor emprega palavras ou expressões com a intenção de que o leitor realize a inferência, como se o autor não passasse a informação completa, mas o uso de tal palavra ou expressão já desse a entender qual a ideia ali presente.</p> <p><u>Fragmento do Item I:</u> a expressão “mais do que eu” pressupõe que a narradora protagonista também entendia de língua portuguesa. Contém informação implícita.</p> <p><u>Fragmento do Item II:</u> o substantivo “ciscadas” pressupõe que o personagem Maurício poderia estar enganando a narradora protagonista, embromando. Contém informação implícita.</p> <p><u>Fragmento do Item III:</u> O adjetivo “lisonjeada” nesse contexto, pressupõe ironia, ou seja, em sentido diverso da palavra fora do contexto do texto. Contém informação implícita.</p> <p><u>Fragmento do Item IV:</u> A expressão “Rainha da Língua Portuguesa”, caracterizando um adjetivo que o personagem Maurício atribui à narradora protagonista pressupõe que esta tem elevado conhecimento de língua portuguesa, além transmitir ao leitor a ideia de ironia com que o personagem quis interpelar a personagem-autora. Contém informação implícita.</p> <p>Gabarito mantido.</p>
<p>3ª QUESTÃO – Assinale a opção CORRETA. A situação que dá origem aos acontecimentos (conflito) no conto “Mesmo?” é:</p> <p>A. () O caráter possessivo dos personagens do conto que culminou no término do namoro. B. () O emprego inadequado da palavra “mesmo” na placa de aviso do elevador. C. () O domínio linguístico do personagem Maurício e</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Gabarito: letra B.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob a alegação, em síntese, que ela não é objetiva e sim subjetiva, assim, cada candidato pode interpretá-la de forma diferente. Solicitam também alterações no gabarito, alegando que as alternativas “D” e “A” estariam corretas.</p> <p>Contrarrrazões: o texto em lide trata-se de um conto. Como tal,</p>



<p>suas falácias.</p> <p>D. () O acerto gramatical da frase do elevador conforme a norma culta da Língua Portuguesa.</p>		<p>é uma narrativa curta que apresenta os mesmos elementos do romance: narrador, personagens, enredo, espaço e tempo. Diferencia-se do romance pela sua concisão, linearidade e unidade: o conto deve construir uma história focada em um conflito básico e apresentar o desenvolvimento e a resolução desse conflito. No conto “Mesmo?” o conflito se inicia quando os personagens, em uma tarde de sábado, após almoçarem e enquanto aguardavam pelo elevador a personagem protagonista comentou sobre uma placa de aviso de elevadores na qual estava escrito: “<i>Antes de entrar no elevador, verifique se o mesmo se encontra parado neste andar.</i>”, ou seja, o emprego inadequado da palavra “mesmo” na placa de aviso do elevador. Gabarito mantido.</p>
<p>4ª QUESTÃO – Assinale a opção CORRETA.</p> <p>“– Não me venha, Cíntia Chagas (ele sempre me chamava de Cíntia Chagas durante as brigas), com o seu discurso <u>falacioso!</u>”</p> <p>Considerando o contexto do texto “Mesmo?”, o adjetivo sublinhado corresponde semanticamente a:</p> <p>A. () Silencioso. B. () Tenebroso. C. () Tagarela. D. () Ardiloso.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra C.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão ou mudança do gabarito oficial, tornando a alternativa “D” a resposta correta. Como fundamentos apresentam a definição do vocábulo “falacioso” em dicionários da língua portuguesa, o conceito de semântica e algumas frases citadas pela autora do texto “Mesmo?”, Cíntia Chagas, em redes sociais.</p> <p>Contrarrazões: deve-se observar que o enunciado da questão, dá informação clara ao candidato que o fragmento do texto apresentado na questão deve ser considerado na análise do contexto e na análise semântica. Dessa forma, semanticamente, a palavra que corresponde ao adjetivo “falacioso” é tagarela. Nas unidades textuais tanto na introdução quanto no desenvolvimento, a personagem protagonista faz uma série de perguntas ao personagem Maurício, ou seja, falou-se muito acerca da situação da saída dele, situação notada nos constantes questionamentos da personagem Cíntia em relação ao comportamento do namorado Maurício e, para isso, ela utiliza as palavras com veemência, fala muito, e com ironias, para conseguir com que ele (o namorado) desista da ideia de sair. E na sequência do discurso, implica-se que o elemento principal dessa comunicação entre os personagens é a conversação (diálogo), em que se destaca a falação efetiva da</p>



		<p>personagem protagonista. No texto não há indicação explícita ou implícita de que a personagem Cintia mentia para ele, ou que a fala dela era ardilosa, mentirosa ou trapaceira, mas tão-somente, composta de uma série de questionamentos e afirmações que colocavam em dúvida as ações do namorado Maurício, e assim, reforçava os argumentos da personagem. A fala dos personagens evidencia uma discussão (falação) e não uma ação ardilosa. Fica notório que o discurso da personagem é de uma pessoa “tagarela” e não “ardilosa” ou “mentirosa”.</p> <p>A questão buscou avaliar a capacidade do candidato nas análises textual e linguística, com ênfase nos conhecimentos relacionados a inferência textual e mecanismos semânticos. O candidato teria que estabelecer as relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios, adjetivos e outros recursos discursivos. A questão pede um adjetivo semanticamente correspondente à palavra “falacioso”. Conforme Bezerra (2017), a palavra é o vocábulo com que expressamos uma ideia; não é a exteriorização do pensamento: é o próprio pensamento. A história das palavras demonstra que elas estão sujeitas a várias mudanças não só nos elementos fonéticos de que se compõem, mas relativamente à sua significação, portanto, ao estudo das variações de sentido das palavras dá-se a designação de SEMASIOLOGIA ou SEMÂNTICA. Compreende-se que a semântica é uma área da linguística voltada ao estudo do significado em diversos níveis, que analisa inclusive o conteúdo e o CONTEXTO.</p> <p>Gabarito mantido.</p>
<p>6ª QUESTÃO – “E começou a ladainha linguisticamente ortodoxa comum aos discursos <u>que</u> ele ensaiava nas nossas brigas.”</p> <p>Assinale a opção que apresenta a classificação morfológica CORRETA da palavra destacada no fragmento do texto “Mesmo?” acima:</p> <p>A. () Pronome relativo. B. () Conjunção subordinativa integrante. C. () Preposição.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra A.</p> <p>Pedido e razões: alteração do gabarito para a alternativa “B”, sob alegação de que a palavra <u>que</u> na oração: – “E começou a ladainha linguisticamente ortodoxa comum aos discursos que ele ensaiava nas nossas brigas.” – é uma conjunção subordinativa integrante.</p> <p>Contrarrrazões: conforme BEZERRA (2017) “que” é denominado “relativo universal” porque se refere tanto a coisas quanto a pessoas. A função morfológica da palavra “que” no</p>



<p>D. () Pronome expletivo.</p>		<p>fragmento do texto “Mesmo?” é classificada como pronome relativo, pois é possível substituí-la por “os quais”, ou seja, o “que” retoma “aos discursos” (antecedente). Gabarito mantido.</p>
<p>8ª QUESTÃO – Analise os períodos abaixo quanto ao emprego da (s) palavra (s) em destaque:</p> <p>I. A discussão foi vista pelos vizinhos, e <u>os mesmos</u> ficaram espantados.</p> <p>II. Cíntia Chagas estava <u>mesmo</u> de roupão na rua.</p> <p>III. De fato, foi Maurício <u>mesmo</u> quem começou a discussão.</p> <p>IV. É isso <u>mesmo</u>!</p> <p>De acordo com a gramática tradicional, o emprego da (s) palavra (s) destacada (s) está CORRETO em:</p> <p>A. () I e IV, apenas.</p> <p>B. () I, III e IV, apenas.</p> <p>C. () I, II, III e IV.</p> <p>D. () II, III e IV.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: alteração do gabarito para a alternativa “C”.</p> <p>Contrarrazões: A assertiva I está INCORRETA. Conforme cita Sacconi (2008, p.144) não há propriedade no uso do demonstrativo mesmo em substituição a outro tipo de pronome ou a um substantivo. A assertiva I, para estar correta, seria “A discussão foi vista pelos vizinhos que ficaram espantados”. Gabarito mantido.</p>
<p>9ª QUESTÃO – Assinale a única opção CORRETA. Considere os períodos I, II e III, pontuados de duas maneiras diferentes:</p> <p>I. Retificadas as placas, pelo síndico será marcada uma reunião para discussão de outros problemas do prédio. Retificadas as placas pelo síndico, será marcada uma reunião para discussão de outros problemas do prédio.</p> <p>II. As placas dos elevadores serão trocadas, de imediato, pelo síndico do prédio. As placas dos elevadores serão trocadas de imediato pelo síndico do prédio.</p> <p>III. É necessário corrigir essas placas de aviso, que estão com emprego inadequado de palavras. É necessário corrigir essas placas de aviso que estão com emprego inadequado de palavras.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: alteração do gabarito para a alternativa “C”, sob argumento de que o uso da vírgula na assertiva II gera alteração semântica.</p> <p>Contrarrazões: Conforme Rosenthal (2012), o mais importante é a percepção da ideia que passa o adjunto adverbial. No item II – o fato de o adjunto adverbial, breve, estar isolado ou não por vírgulas, não gera alteração semântica. Gabarito mantido.</p>



<p>Com a pontuação diferente, ocorreu alteração de significado em:</p> <p>A. () III, somente. B. () I e II, somente. C. () I, II e III. D. () I e III, somente.</p>		
<p>14ª QUESTÃO – João e Maria estavam em um motel na região metropolitana de Belo Horizonte, quando, após praticarem relação sexual, observaram uma luz piscando na lateral do quarto. Ao se aproximarem, verificaram que a luz era proveniente de uma câmera que estava voltada para a cama do motel, e que teria filmado a relação sexual dos dois, sem o devido consentimento destes. Diante desse cenário e considerando as normas previstas no Decreto-Lei nº 2848/1940 (Código Penal Brasileiro), João e Maria foram vítimas do crime de:</p> <p>A. () Violação sexual mediante fraude. B. () Registro não autorizado da intimidade sexual. C. () Assédio sexual. D. () Importunação sexual.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra B.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob alegação, em síntese, que a expressão “teria filmado”, descrita pela questão, refere-se à preparação, fase impunível do Iter Criminis, não estando claro no texto se foi iniciada a execução do crime. Assim, conforme o Art. 14, inciso II, do Código Penal, não há uma resposta correta para a questão, o que enseja sua nulidade, pois não se pode afirmar com certeza se houve crime tentado ou muito menos consumado.</p> <p>Contrarrazões: O tipo penal de registro não autorizado da intimidade sexual, previsto no Art. 216-B do Código Penal Brasileiro, prevê, em seu caput, que o autor que praticar qualquer conduta do tipo (verbos: produzir, fotografar, filmar ou registrar), por qualquer meio, conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado sem autorização dos participantes, pratica a conduta típica. No caso em questão a realização da filmagem ocorreu sem o consentimento dos participantes. O crime de registro não autorizado da intimidade sexual consome-se com a prática de qualquer uma das condutas do tipo, não exigindo a divulgação da imagem para sua consumação. O termo “teria filmado”, é uma afirmação de que a filmagem ocorreu, não deixando dúvidas que sustentem a alegação dos recorrentes.</p>
<p>15ª QUESTÃO – No dia 15/01/2021, João levou seu aparelho celular a uma loja de reparos para consertar a entrada do carregador. Na data prevista para retirada do bem, ao comparecer ao estabelecimento, João foi</p>		<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: mudança do gabarito da questão, da alternativa “D” para alternativa “A”, sob argumento de que o</p>



<p>informado de que um funcionário da loja, que estava na posse legítima do aparelho, havia apropriado-se do bem, ao receber a informação de sua demissão. Diante dos fatos narrados e tendo em vista as normas contidas no Decreto-Lei nº 2848/1940, Código Penal Brasileiro, é CORRETO afirmar que o funcionário da loja de reparos, em tese, praticou o crime de:</p> <p>A. () Furto. B. () Roubo. C. () Estelionato. D. () Apropriação indébita.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>crime praticado pelo funcionário da loja seria o de furto e não de apropriação indébita, uma vez que a descrição da questão informa claramente que a posse do bem está com a pessoa jurídica (loja) e não com seu preposto (pessoa natural). Portanto, ao retirar a coisa móvel alheia (celular) que estava sob a posse da loja, a conduta do preposto enquadra-se em furto com abuso de confiança, art. 155, §4º, inc. II, do Código Penal.</p> <p>Contrarrrazões: O tipo penal de apropriação indébita, previsto do Art. 168 do Código Penal, consiste em <i>apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção</i>. Desta forma, neste tipo penal, o autor já possui a posse/detenção do bem, conforme destacado no enunciado da questão.</p> <p>Já no furto (art. 155, do Código Penal), o autor do crime não possui nem a posse e nem a detenção do bem e, para obtê-la, ele subtrai o bem. A questão em nenhum momento menciona ou deixa a entender que tenha havido subtração ou abuso de confiança, não assistindo portanto, razão ao recorrente.</p>
<p>16ª QUESTÃO – Pedro, funcionário público, e João são desafetos de longa data. Certo dia, após uma longa jornada de serviço, Pedro decide aproveitar seu momento de descanso em um bar próximo à sua residência, momento em que João, que também estava no estabelecimento, ofende a honra subjetiva de Pedro. Diante das ofensas, Pedro decide se vingar de João e acabar com o problema matando João. Para tanto, Pedro saca uma arma de fogo e dispara contra João, contudo, erra o alvo e atinge Gabriel, funcionário do bar, ferindo-o no braço de forma leve. Diante do caso apresentado e tendo em vista as normas contidas no Decreto-Lei nº 2848/1940 - Código Penal Brasileiro, Pedro praticou, em tese:</p> <p>A. () Homicídio tentado e lesão corporal consumada. B. () Homicídio na forma tentada. C. () Lesão corporal culposa. D. () Lesão corporal leve.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra B.</p> <p>Pedido e razões: mudança do gabarito para a alternativa “A”, alegando, em síntese, que trata-se de concurso formal improprio e não erro nos meios de execução, aplicando-se o disposto do art. 70 do CP. A argumentação se baseia na premissa de que, ao efetuar um disparo com intuito de matar alguém em um bar, o agente assumiu o risco de produzir o resultado lesivo a terceiros, incorrendo em outra ação dolosa de lesão corporal. Solicita-se também anulação da questão, sob argumento de que não se pode inferir se tratar de erro na execução em face da insuficiência de informações do enunciado.</p> <p>Contrarrrazões: houve erro na execução de uma única ação, que trouxe o resultado lesivo a um terceiro e não somente o potencial de risco, sendo o fato, conforme enunciado correspondente na ação fática, a tentativa de homicídio que é mais grave que o resultado da lesão corporal, decorrente do erro na execução, não havendo concurso formal de crimes. Atendo-se ao enunciado, que traz os elementos necessários e</p>



		<p>suficientes à correta compreensão da questão, nos termos do art. 73, CP, Pedro responderá pela prática de homicídio tentado, mesmo tendo ferido levemente Gabriel, não havendo que se falar em concurso formal pela prática de dois crimes (homicídio tentado e de lesão corporal). Por expressa disposição legal, prevista no Art. 73, somente se aplicaria a regra do Art. 70 do CP no caso de atingir a pessoa a que se pretendia ofender juntamente a um terceiro por erro, o que, conforme o enunciado da questão, não foi o caso. Não há que se falar no concurso formal para uma única ação com um único resultado. Razão não assiste aos recorrentes.</p>
<p>18ª QUESTÃO - Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo:</p> <p>A. () de Oficial das Forças Armadas. B. () de Vice-Presidente da República. C. () de Ministro de Estado da Defesa. D. () de Ministro do Superior Tribunal Militar.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão alegando, em síntese, que o STM é composto por 15 ministros, sendo dez deles Oficiais das Forças Armadas, nos termos do art. 12§3º, VI da CF, dessa forma a questão não admite apenas uma resposta, uma vez que se refere a um órgão jurisdicional, cuja composição majoritária seja de brasileiros natos, os quais necessariamente ingressaram nas forças armadas por atenderem ao requisito da naturalidade antes de ocuparem o cargo de ministros de STM.</p> <p>Contrarrazões: razão não assiste aos recorrentes. Não há previsão constitucional de que somente brasileiros natos possam integrar o STM, logo, o fato de que há no colegiado Oficiais Militares, que só alcançaram esta posição por serem brasileiros natos, não torna a assertiva correta. Conforme o art. 123 da Constituição da República: “O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.” <i>in verbis</i>. Os cinco civis, dentre os 15 ministros, não são necessariamente brasileiros natos.</p>



<p>20ª QUESTÃO – Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:</p> <p>A. () Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.</p> <p>B. () Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.</p> <p>C. () Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, inclusive naqueles praticados contra a vida de civis, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.</p> <p>D. () A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra C.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, uma vez que a alternativa apontada pelo gabarito, letra “C”, não está incorreta em relação à CF/1988, posto que quando a Constituição Federal faz uma ressalva à competência do Tribunal do Júri, a diz respeito aos crimes dolosos praticados contra a vida de civil e que, caso contrário, ainda sim serão de competência da Justiça Militar Estadual, e que o texto da alternativa “C” não vai de encontro ao exposto na CF/88 quando diz que a JME julgará inclusive os crimes praticados contra a vida de civil e crê haver uma falta relacionada à palavra “dolosamente” no texto da referida alternativa.</p> <p>Contrarrazões: a alternativa “C” está incorreta porque não está descrita conforme o § 4º do Art. 125 da CF/88, (tendo, inclusive, englobado a ressalva expressa do texto constitucional quanto à Competência do Tribunal do Júri quando a vítima for civil). Todas as demais alternativas são cópias fiéis de trechos da Constituição Federal de 1988. A expressão “inclusive naqueles praticados contra a vida de civis”, constante na alternativa “C”, por si só coloca a alternativa incorreta, uma vez que no § 4º do Art. 125 da CF/88 expressamente traz “...ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil...”.</p>
<p>21ª QUESTÃO – Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue as assertivas abaixo segundo sua veracidade, e assinale a alternativa CORRETA:</p> <p>I. É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.</p> <p>II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>Gabarito: letra B.</p> <p>Pedido e razões: mudança do gabarito para a alternativa “D”, sob argumento de que a assertiva IV é verdadeira pois as polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se hierarquicamente ao Exército, diante de um princípio que está intrinsecamente ligado a hierarquia e a disciplina, uma vez que, como força auxiliar do exército, as polícias militares e os corpos de Bombeiros Militares devem</p>



<p>público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.</p> <p>III. O militar alistável é elegível. Se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.</p> <p>IV. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se hierarquicamente ao Exército.</p> <p>A. () Todas as assertivas são verdadeiras. B. () As assertivas I e IV são falsas. C. () As assertivas I e III são falsas. D. () Apenas uma assertiva é falsa.</p>		<p>certo grau de obediência e subordinação em caso de guerra declarada.</p> <p>Contrarrrazões: cumpre destacar o previsto no art. 144, § 6º da CF/88:</p> <p>As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)</p> <p>A assertiva IV não pode ser considerada como verdadeira, pois não há previsão legal que considere, de forma taxativa, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinados hierarquicamente ao Exército. A subordinação no âmbito da Unidade Federativa se dá aos Governadores dos Estados.</p>
<p>22ª QUESTÃO – Analise o breve relato abaixo, considerando apenas as informações nele contidas, e assinale, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a alternativa CORRETA:</p> <p>“Anneliese nasceu no Brasil, filha de dois holandeses. Passados pouco mais de cinco anos vivendo no país, mudou-se para a Holanda com a família, onde viveu por mais de treze anos, e, posteriormente, já atingida a maioridade, resolveu retornar ao Brasil. Depois de mais dez anos vivendo em uma pequena cidade do sul do país, Anneliese se casou com um brasileiro, com quem teve dois filhos. Contando, ao todo, mais de quinze anos de residência no Brasil, e desejando ficar no país de modo permanente, ela, então, decidiu requerer a nacionalidade brasileira.”</p> <p>Diante disso, Anneliese:</p>	<p style="text-align: center;">RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob argumento de que a construção da questão deixou margem para interpretações ambíguas. Não fica claro se os pais da personagem Anneliese eram residentes no Brasil por livre e espontânea vontade ou se estava a serviço do seu país, informação crucial para resolução da questão, posto que o artigo 12 da CF-88 enfatiza que todas as pessoas nascidas no Brasil, mesmo que de pais estrangeiros são brasileiros natos, exceto se os pais desses recém-nascidos estejam em serviço do seu país de origem. Alegam ainda que, se a personagem Anneliese era brasileira nata, desde o nascimento, necessariamente para se ausentar do país, alguma documentação brasileira seria obrigatória, como exemplo certidão de nascimento, passaporte ou autorização judicial, conforme art. 85 da Lei 8.069/1990.</p>



<p>A. () Será considerada brasileira naturalizada.</p> <p>B. () Será considerada brasileira naturalizada, mas somente se não tiver nenhuma condenação penal.</p> <p>C. () Não terá a nacionalidade brasileira, uma vez que os quinze anos de residência exigidos pelo texto constitucional devem ser ininterruptos.</p> <p>D. () Será considerada brasileira nata.</p>		<p>Contrarrazões: A nacionalidade originária/primária é involuntária, decorrente de um fato natural, ou seja, decorre de critérios sanguíneos/territoriais. A hipótese de aquisição da nacionalidade originária pelo critério territorial, nos termos do artigo 12, inciso I, alínea “a” da Constituição Federal, que define que são brasileiros natos “os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país”, seria a tese explícita pela alternativa “D”, pois nasceu no território brasileiro, independente da nacionalidade dos ascendentes, pois em nenhum momento a hipótese dos pais estarem a serviço do país de origem foi destacada.</p> <p>Para resolução da questão, o candidato deveria se limitar às informações fornecidas, logo, se não foi dita a motivação dos pais estarem no Brasil, tal fato não deve ser considerado, e assim, seguir a regra geral, do art. 12, inc. I, alínea “a” da Constituição da República, ou seja, Anneliese é brasileira nata. As colocações acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente são irrelevantes para a resolução da questão. Razão não assistindo aos recorrentes.</p>
<p>25ª QUESTÃO – Considerando o previsto no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, em relação à extinção da punibilidade, marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A. () No caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.</p> <p>B. () A prescrição da ação penal começa a correr do dia em que o crime se consumou, mas no caso do crime tentado, do dia em que se iniciou a atividade criminosa. Em relação aos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência e nos crimes de falsidade, da data</p>	<p style="text-align: center;">RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra A.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob alegação, em síntese, que as alternativas A e D estão corretas, posto que as penas acessórias também devem seguir a equivalência prescricional da pena principal aplicada, de modo que, prescrevendo a pena principal, a acessória necessariamente estará prescrita, afirmando a inaplicabilidade do art. 130 do CPM, no qual prevê que as penas acessórias são imprescritíveis, sugerindo aplicação do art. 126, §1º do CPM.</p> <p>Contrarrazões: A questão buscou aferir dos candidatos conhecimentos alusivos à extinção da punibilidade, quanto ao instituto da prescrição. Ainda que se admita que o art. 130 do</p>



<p>em que o fato se tornou conhecido.</p> <p>C. () A extinção da punibilidade ocorre, dentre outras causas, pela prescrição da ação penal, a qual, no curso do processo é interrompida pela instauração do processo, pela sentença condenatória recorrível e pela prática de outro crime pelo militar acusado.</p> <p>D. () A prescrição da execução das penas acessórias começa a correr do dia em que se passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional.</p>		<p>CPM não foi recepcionado pela Constituição Federal, o que não está pacificado pela doutrina, isto não tornaria a alternativa D correta, pois o fato de reconhecer que as penas acessórias são prescritíveis, não implica em dizer que a contagem do prazo prescricional se dará nos exatos termos da prescrição da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança que a substitui, com desejam os recorrentes, por ausência de previsão legal. Lado outro, a alternativa “A”, considerada como correta, tem a previsão expressa no Art. 125, §3º do CPM.</p>
<p>28ª QUESTÃO – Comete o crime de deserção, previsto no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, com pena de detenção, de seis meses a dois anos e, se oficial, a pena é agravada. Na mesma pena incorre o militar que, EXCETO:</p> <p>A. () Consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.</p> <p>B. () Deixa de se apresentar a autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.</p> <p>C. () Der asilo a desertor, ou tomá-lo a seu serviço, ou proporcionar-lhe ou facilitar-lhe transporte ou meio de ocultação, sabendo ou tendo razão para saber que cometeu qualquer dos crimes previstos no capítulo da deserção.</p> <p>D. () Tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de oito dias.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>Gabarito: letra C.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, uma vez que a alternativa “C” do gabarito refere-se à exceção que incorre na mesma pena do crime de deserção e não deve ser considerada correta, pois esta alternativa refere-se ao crime de Favorecimento a desertor, que encontra-se no mesmo capítulo que trata do crime de deserção, ou seja, compõe uma modalidade de tal delito, e apesar de possuir um prazo diferente de punição (quatro meses a um ano) a pena é a mesma: “detenção”. Sendo assim, o militar que praticar a ação apresentada na questão incorrerá em uma das modalidades definidas no capítulo Deserção.</p> <p>Contrarrazões: O art. 188 do Código Penal Militar traz os casos assimilados em que o militar incorre na mesma pena do crime de deserção do artigo 187 do mesmo diploma legal, de forma que o art. 188 tem em seu caput o texto “na mesma pena incorre o militar que”, conforme consta da questão, e não traz nenhuma pena associada, remetendo necessariamente o militar que eventualmente vier a praticar alguma das condutas descritas em seus incisos I a IV à pena prevista no art. 187. Isto está de forma expressa nas alternativas “a”, “b” e “d”, que correspondem respectivamente aos incisos IV, II e III do art. 188. Já a alternativa “c”, corresponde ao art. 193 do CPM, que traz um tipo penal distinto, qual seja, o favorecimento a desertor,</p>



		e apresenta uma pena específica que não faz remissão ao art. 187. Em que pese possuir pena de detenção, o prazo diverso é caracterização da diferenciação da pena.
<p>32ª QUESTÃO – A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 10 de dezembro de 1948, promoveu uma cooperação internacional marcante para garantia de direitos do cidadão. Considerando a literalidade do texto expresso na referida norma (DUDH), assinale com (V) ou (F) as seguintes afirmações:</p> <p>() Toda a pessoa tem o direito de abandonar o país em que se encontra, incluindo o seu, e o direito de regressar ao seu país.</p> <p>() Todo cidadão do gênero feminino tem direito a que seu Estado promova e apoie programas educacionais para conscientizar o público sobre a dignidade da mulher.</p> <p>() Toda pessoa descendente de povos indígenas e tribais tem direitos sobre os recursos naturais existentes em suas terras.</p> <p>() Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.</p> <p>() Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, quando não for possível o desenvolvimento de sua personalidade.</p> <p>De acordo com a análise, a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:</p> <p>A. () V, V, V, V, F. B. () V, V, V, F, F. C. () V, F, F, V, F. D. () F, F, F, V, V.</p>	<p>QUESTÃO ANULADA</p>	<p>Gabarito: letra C.</p> <p>Pedido e razões: candidatos alegam que houve um erro na impressão do caderno de questões, na quarta assertiva da questão, onde a modificação da grafia da palavra “esta” para “está” mudou o sentido da assertiva e a tornou incorreta.</p> <p>Contrarrazões: considerando que “esta”, sem acentuação gráfica, é uma palavra paroxítona, classificada como pronome demonstrativo e, neste caso, anafórico, servindo para acompanhar ou substituir substantivos em uma frase, a fim de causar coesão. No discurso, quando o falante deseja fazer menção ao que acabou de falar (anáfora), utiliza o pronome “este” ou suas flexões. No caso, o pronome “esta” foi usado para indicar a narrativa próxima e, nesse caso, referia-se ao termo “instrução superior” na frase em questão. Já a palavra “está” é um verbo que está conjugado na terceira pessoa. Na frase em lide, o termo “está” indicaria uma ligação com o sujeito da frase, nesse caso a expressão “instrução técnico-profissional”. Esse deslocamento do substantivo para o sujeito, portanto, modifica o sentido daquilo que foi expresso na norma de Direitos Humanos, vez que o mérito é o fundamento para o ensino superior e não do ensino técnico-profissional, devendo a questão ser anulada.</p>
<p>34ª QUESTÃO – Em relação à Lei 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad, prescreve medidas para prevenção do</p>		<p>Gabarito: letra A.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob alegação de que,</p>



<p>uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências, marque a alternativa CORRETA:</p> <p>A. () É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.</p> <p>B. () Comete crime, punível com reclusão e multa, aquele agente que, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.</p> <p>C. () Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá somente à natureza e à quantidade da substância apreendida, não sendo relevante o local e as condições em que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como a conduta e aos antecedentes do agente.</p> <p>D. () Na prática do crime de Tráfico de Drogas (Art. 33, caput), as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente, integrante de organização criminosa, seja primário e de bons antecedentes.</p>	<p>RECURSO INDEFERIDO</p>	<p>apesar do contexto da alternativa “D” estar incompleto, não faz dela incorreta, tendo em vista o seu conceito e levando em consideração o que se pede na questão.</p> <p>Contrarrazões: a alternativa “D” está incorreta, uma vez que o parágrafo 4º do artigo 33 da Lei 11.343/2006 aduz:</p> <p style="padding-left: 40px;">Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.</p> <p>Razão não assistindo ao recorrente.</p>
<p>35ª QUESTÃO – Nas assertivas abaixo, marque (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em relação ao contido na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e dá outras providências:</p> <p>() A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em</p>		<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: alteração do gabarito da questão para a alternativa “B”, sob alegação, em síntese, que na Lei 12.038/2009 que modifica o artigo 250 do ECA não há previsão de tal ato ser manifestamente tipificado como infração</p>



<p>processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis, sendo dever de todos velar pela dignidade da criança e adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.</p> <p>() Os crimes definidos no ECA são de Ação Pública Condicionada a representação do ofendido ou de seus representantes legais.</p> <p>() Considera-se crime previsto no ECA “privar a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, mesmo em estado de flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente”.</p> <p>() Constitui Infração Administrativa prevista no ECA o ato de “hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere”.</p> <p>Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo:</p> <p>A. () V, V, F, V. B. () V, F, F, F. C. () F, V, V, F. D. () V, F, F, V.</p>	<p>RECURSOS INDEFERIDOS</p>	<p>administrativa.</p> <p>Contrarrrazões: A resposta da questão está pautada exatamente nos termos do art. 250 da lei nº 8.069/90 (ECA), dentro do Capítulo II – “DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS”, ou seja, há sim a previsão expressa de que tal ato seja, indiscutivelmente, infração administrativa, sendo que a Lei 12.038/09 que altera o artigo em nada modifica sua capitulação ou natureza jurídica. Senão vejamos:</p> <p style="text-align: center;">Título VII Dos Crimes e Das Infrações Administrativas</p> <p style="text-align: center;">Capítulo II Das Infrações Administrativas</p> <p>Art. 250. Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: Pena – multa. (Redação dada pela Lei nº 12.038, de 2009).</p> <p>Razão não assiste, portanto, aos recorrentes.</p>
<p>37ª QUESTÃO – Calcule a probabilidade de se obter soma 9 no lançamento simultâneo de dois dados usuais (seis faces, numeradas de 1 a 6) e não viciados em que o resultado do lançamento foi um número ímpar e um número par:</p> <p>A. () 4/36. B. () 2/9. C. () 4/9. D. () 2/36.</p>	<p>QUESTÃO ANULADA</p>	<p>Gabarito: letra B.</p> <p>Pedido e razões: anulação da questão, sob argumento de que do edital não consta o conteúdo abordado, uma vez que foi cobrado matéria além da Visão Conceitual Básica (contida no edital) e a banca está pedindo o conceito de cada item, o que não inclui os cálculos referentes a probabilidade.</p> <p>Contrarrrazões: o experimento aleatório está relacionado aos estudos da probabilidade, de forma que conhecer seus possíveis resultados somente é possível através da probabilidade. Dessa forma é inegável que para tratar de</p>



		<p>experimentos aleatórios é fundamental a Probabilidade, mas atendo-se somente ao Edital 06/21 verifica-se que o item 7.1 do anexo B abordou a “Visão Conceitual Básica: População, Universo, Amostragem, Amostra, Senso, Experimento Aleatório, Método Estatístico”, excluindo a probabilidade condicional do rol de conhecimentos exigidos.</p> <p>Portanto, entende-se que o conteúdo necessário para a resolução da questão 37 não consta do Edital que explicita somente a “Visão Conceitual Básica” e não cálculos do assunto, entendendo-se, então, pela anulação da questão.</p>																																		
<p>38ª QUESTÃO – O acerto em provas de tiro é um requisito essencial para que um policial militar obtenha o porte de arma de fogo e possa exercer com segurança suas atividades de policiamento ostensivo. A tabela a seguir apresenta a distribuição das probabilidades para o número de tiros certos em 10 disparos realizados por discentes de duas turmas, 1º Pel (Primeiro Pelotão) e 2º Pel (Segundo Pelotão), do Curso de Formação de Soldados da 28ª RPM.</p> <table border="1" data-bbox="205 816 865 1130"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Número de Tiros Certos</th> <th colspan="2">Turmas</th> <th rowspan="2">Total</th> </tr> <tr> <th>1º Pel</th> <th>2º Pel</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0 l-- 2</td> <td>0,02</td> <td>0,01</td> <td>0,03</td> </tr> <tr> <td>2 l-- 4</td> <td>0,05</td> <td>0,06</td> <td>0,11</td> </tr> <tr> <td>4 l-- 6</td> <td>0,11</td> <td>0,10</td> <td>0,21</td> </tr> <tr> <td>6 l-- 8</td> <td>0,12</td> <td>0,13</td> <td>0,25</td> </tr> <tr> <td>8 l-- 10</td> <td>0,15</td> <td>0,19</td> <td>0,34</td> </tr> <tr> <td>10</td> <td>0,02</td> <td>0,04</td> <td>0,06</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>0,47</td> <td>0,53</td> <td>1</td> </tr> </tbody> </table> <p>Dados hipotéticos.</p> <p>Supondo que um aluno foi escolhido aleatoriamente nessas turmas, analise as assertivas a seguir e assinale com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas.</p> <p>() A probabilidade de o aluno escolhido ter realizado menos de quatro acertos é 0,14.</p>	Número de Tiros Certos	Turmas		Total	1º Pel	2º Pel	0 l-- 2	0,02	0,01	0,03	2 l-- 4	0,05	0,06	0,11	4 l-- 6	0,11	0,10	0,21	6 l-- 8	0,12	0,13	0,25	8 l-- 10	0,15	0,19	0,34	10	0,02	0,04	0,06	Total	0,47	0,53	1	<p>QUESTÃO ANULADA</p>	<p>Gabarito: letra D.</p> <p>Pedido e razões: alteração do gabarito, considerando correta a alternativa “C”, sob alegação de que para a verificação da veracidade da segunda assertiva, deveria ser aplicado o cálculo de probabilidade condicional, sendo o valor apresentado divergente do apresentado na assertiva, o que a tornaria falsa.</p> <p>Contrarrazões: Não obstante a solicitação de alteração da alternativa correta constante do gabarito, há de se considerar os aspectos que envolvem a resolução da questão diante do conteúdo previsto no Edital nº 06/2021.</p> <p>O experimento aleatório está relacionado aos estudos da probabilidade, de forma que conhecer seus possíveis resultados somente é possível através da probabilidade. Dessa forma é inegável que para tratar de experimentos aleatórios é fundamental a Probabilidade, mas atendo-se somente ao Edital 06/21 verifica-se que o item 7.1 do anexo B abordou a “Visão Conceitual Básica: População, Universo, Amostragem, Amostra, Senso, Experimento Aleatório, Método Estatístico”, excluindo a probabilidade condicional do rol de conhecimentos exigidos.</p> <p>Portanto, a solução da questão exige a aplicação de cálculo de probabilidade condicional, extrapolando conhecimentos solicitados no Edital entendendo-se pela anulação da questão.</p>
Número de Tiros Certos		Turmas			Total																															
	1º Pel	2º Pel																																		
0 l-- 2	0,02	0,01	0,03																																	
2 l-- 4	0,05	0,06	0,11																																	
4 l-- 6	0,11	0,10	0,21																																	
6 l-- 8	0,12	0,13	0,25																																	
8 l-- 10	0,15	0,19	0,34																																	
10	0,02	0,04	0,06																																	
Total	0,47	0,53	1																																	

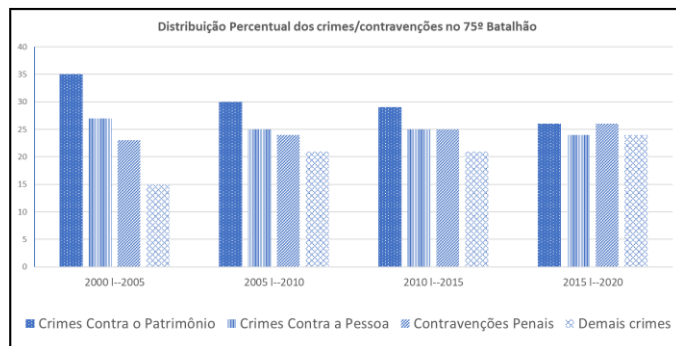


() Se o aluno escolhido é do 2º Pel, a probabilidade de ele ter acertado no mínimo seis tiros é 0,36.
() A probabilidade de o aluno escolhido ser do 1º Pel e ter acertado no máximo 6 tiros é 0,17.

Assinale a sequência **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- A. () F, F, V.
B. () F, V, V.
C. () V, F, F.
D. () V, V, F.

40ª QUESTÃO – O gráfico a seguir mostra a distribuição percentual dos crimes e contravenções no 75º Batalhão de Polícia Militar:



Dados Hipotéticos

De acordo com os dados apresentados no gráfico marque **(V)** para as assertivas verdadeiras e **(F)** para as falsas, depois marque a alternativa **CORRETA**, na ordem de cima para baixo:

- () De 2000 a 2019 os crimes contra o patrimônio representaram em média 25% das infrações totais.
() Nos primeiros 10 anos do estudo as contravenções penais apresentaram decréscimo.

Gabarito: letra A.

Pedido e razões: anulação da questão, uma vez que todas as alternativas seriam falsas, posto que a quarta assertiva, considerada como correta, não possui os valores absolutos, não se podendo inferir análises sobre aumento ou redução.

Contrarrazões: Trata-se de um gráfico dos dados criminais de uma suposta unidade. No eixo das ordenadas encontram-se lançados os valores percentuais criminais observados. No eixo das abcissas estão distribuídos os intervalos dos períodos a serem analisados e os tipos criminais. Feita consideração inicial faremos a análise da quarta assertiva a qual se transcreve:

No período do estudo os crimes contra a pessoa estão reduzindo e as contravenções penais estão aumentando.

A assertiva traz duas informações que devem ser verificadas para construção da resposta, qual seja a análise dos crimes contra a pessoa e das contravenções penais.

Em relação à análise dos crimes contra a pessoa, a barra representativa do intervalo 2001I--2005, encontra-se posicionada entre os valores 25 e 30. Apesar de não haver o valor absoluto no gráfico, não resta dúvida ser um valor superior a 25. No intervalo 2005I--2010, a barra se limita exatamente

RECURSOS INDEFERIDOS



<p>() Ao passo que os crimes contra o patrimônio e os demais crimes estão reduzindo, as contravenções penais estão aumentando.</p> <p>() No período do estudo os crimes contra a pessoa estão reduzindo e as contravenções penais estão aumentando.</p> <p>A. () F, F, F, V. B. () V, F, F, V. C. () V, V, V, F. D. () F, F, V, V.</p>		<p>pelo valor 25, inferindo-se o valor absoluto. No intervalo 2010I--2015, a barra também se limita pelo valor 25, inferindo-se o seu valor absoluto. Já no intervalo 2015I--2020, a barra se encontra posicionada entre os valores 20 e 25, portanto com o valor inferior a 25, restando claro que os crimes contra a pessoa apresentaram uma tendência decrescente entre o período inicial e o final do caso em análise.</p> <p>Em relação a análise das contravenções penais, a barra representativa do intervalo 2001I--2005, encontra-se posicionada entre os valores 20 e 25. Apesar de não haver o valor absoluto no gráfico, não resta dúvida que o valor é inferior 25. No intervalo 2005I--2010, a barra se encontra posicionada entre os valores 20 e 25, aproximando-se do valor 25, inferindo-se ser maior que o período anterior avaliado. No intervalo 2010I--2015, a barra se limita pelo valor 25, inferindo-se o seu valor absoluto. Já no intervalo 2015I--2020, a barra se encontra posicionada entre os valores 25 e 30, portanto com o valor superior a 25, restando claro que as contravenções penais encontram-se em uma tendência de alta entre o período inicial e o final do caso em análise. Deste modo, após a análise da assertiva, conclui-se ser verdadeira, razão não assistindo aos recorrentes.</p>
---	--	--

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2021.

CLAUDIO APARECIDO DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



Documento assinado em 22/09/2021 13:34:31 por CLAUDIO APARECIDO DA SILVA:98380206649. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QrCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar> e informe o código: BB71DCEA9A30



2021: 40 anos da força e leveza
da Mulher na Polícia Militar